

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Paulo Henrique Rezende da Silva

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: pauloh_r_s@hotmail.com

Andréa Lúcia Doná

Mestre em Contabilidade. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: aldona@uem.br

RESUMO

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução n. 1.418/2012, estimula as microempresas e empresas de pequeno porte a elaboração do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, incluindo a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Considerando a constante busca por ferramentas que sejam capazes de oferecer vantagens e contribuam no processo decisório através de informações compreensíveis e tempestivas, o presente estudo propõe a aplicação da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa em uma empresa de pequeno porte, com o intuito de identificar atributos que estimulem a sua elaboração. Para tanto, configura-se esta pesquisa como um estudo de caso, no que diz respeito à finalidade como aplicada, quanto aos objetivos, descritiva, e, quanto à abordagem do problema, qualitativa. O estudo foi realizado e limitado a uma empresa de pequeno porte do ramo de Panificação localizada na cidade de Maringá, estado do Paraná. Os resultados apurados indicam que as informações geradas evidenciam o desempenho financeiro da empresa, a possibilidade de predições e que a prática dessa alternativa, não demanda grandes recursos. O foco principal resultante, diz respeito ao aumento da qualidade e quantidade da informação gerada para o processo de gestão.

Palavras-chave: DFC; Evidenciação Contábil; Tomada de Decisão.

Área n° 02: Contabilidade para Usuários Externos

Subárea n° 2.2: Contabilidade Societária

1 INTRODUÇÃO

A Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas determina que as empresas S/A's de capital aberto e demais sociedades consideradas de grande porte, elabore as Demonstrações Contábeis que sejam capazes de evidenciar com clareza a situação de seu patrimônio. Assim, ao final de cada exercício social, para o atendimento a legislação, cabe a estas empresas a estruturação do Balanço Patrimonial - BP, da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA ou da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, e da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, se companhia aberta.

Tais Demonstrações proporcionam ao usuário informações de natureza econômica e social com a possibilidade de conhecimento da formação da riqueza gerada no período, e também de natureza financeira e patrimonial, propiciando, por exemplo, o conhecimento do grau de liquidez atingido. Isso permite uma visão e avaliação da situação da empresa por parte dos gestores e outros usuários, como os próprios acionistas.

Para pequenas e médias empresas, conforme o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resolução n. 1.418/12, ao final de cada exercício social, a entidade deverá elaborar o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, acompanhado de Notas Explicativas. No entanto, na mesma Resolução, o Conselho Federal de Contabilidade estimula a elaboração do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, incluindo a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A DFC evidencia todas as variações ocorridas em caixa e equivalentes a caixa, considerando cada fato que apresente entradas e saídas de dinheiro, a fim de que se obtenha um resultado do fluxo financeiro decorrente do período. Através da DFC, o usuário possui informações sobre seu nível de disponibilidade, liquidez, capacidade de pagamentos, desempenho do resultado financeiro, dentre outros fatores.

Pode-se dizer então, que a apresentação da DFC detalha os fluxos financeiros da entidade em determinado período, portanto, justifica-se o desenvolvimento deste estudo, que pretende responder a seguinte questão: a elaboração da DFC para uma empresa de pequeno porte pode auxiliar na tomada de decisões?

Tendo como objetivo principal a aplicação da DFC com o intuito de identificar atributos que estimulem a sua elaboração em empresas de pequeno porte, os dados utilizados

para desenvolvimento do estudo compreendem os registros contábeis dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, de uma empresa limitada de pequeno porte que atua no ramo de fabricação e venda de produtos de panificação, localizada na cidade Maringá, estado do Paraná. A coleta e análise dos dados foram realizadas no ano de 2012. Portanto, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e no que diz respeito à finalidade, como aplicada, descritiva quanto aos objetivos e quanto à abordagem do problema, qualitativa.

A fim de cumprir o que se espera da argumentação problemática e dos objetivos propostos, o estudo é exposto em mais quatro capítulos além desta introdução. O segundo capítulo fundamenta o objeto do estudo. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada, o quarto capítulo destaca os resultados obtidos e a sua análise. O quinto capítulo, aborda a conclusão do trabalho.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Os Objetivos da Contabilidade e a Evidenciação Contábil

Iudícibus (1995, p. 21) conceitua resumidamente o objetivo básico da contabilidade como sendo “[...] o fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Corroborando, pode-se citar Crepaldi (1995, p. 20) que define como objetivos da Contabilidade: “[...] Controlar o patrimônio da entidade; Apurar o resultado das entidades; Prestar informações sobre o patrimônio, sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis”.

O exercício da contabilidade busca atender tais objetivos, sendo responsável por oferecer ferramentas úteis e decisivas, através do processo de evidenciação contábil. Conforme Iudícibus e Marion (1999, p. 128):

Evidenciação significa tornar evidente: mostrar com clareza: comprovar e, em termos contábeis. Está relacionada diretamente com o objetivo principal da Contabilidade que é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

Na visão de Falcão (1995) o termo evidenciação se refere aos meios oferecidos aos mais variados tipos de usuários das informações contábeis de conhecer e entender o estágio

ou a situação atual a qual se encontra a empresa, tanto em aspectos patrimoniais e financeiros, quanto em lucratividade e recursos disponíveis.

Conforme abordado, evidenciação pode ser definida como sendo a forma ou os caminhos pelo qual a informação chega ao usuário e como é compreendida. Envolve a divulgação e a apresentação com clareza da informação, onde a contabilidade deve ser capaz de oferecer bons e eficazes níveis de abordagem possibilitando assim que seu objetivo de informar seja alcançado.

É possível que se diga, portanto, que evidenciação contábil está inserida em quaisquer que seja a operação contábil uma vez que possibilita o cumprimento dos objetivos da contabilidade. Isso é muito abrangente e pode representar fator decisivo dentro da empresa na busca por bons resultados. A forma da divulgação da informação e a construção dessa informação de forma a facilitar e assimilação rápida de quem recebe pode garantir uma boa decisão, visto que amplia o foco tratado, possibilita análises claras e concisas e direciona os caminhos para uma decisão com raízes firmes e coagidas.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 524) e Iudícibus e Lopes (2004, p. 126) apresentam algumas formas de evidenciação contábil que compreendem a “apresentação das Demonstrações Contábeis, a informação entre parênteses, as notas explicativas, os quadros e demonstrativos suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração”.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010, p.36) as Demonstrações Contábeis são elaboradas visando “[...] fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. Tais relatórios são fundamentais na busca pela informação contábil e no consequente suporte a tomada de decisão dos usuários, já que podem possibilitar à empresa dados no controle das práticas operacionais e no auxílio ao cumprimento de seus objetivos.

Para as sociedades anônimas de capital aberto e para aquelas consideradas de grande porte, conforme determina o artigo 3 da Lei 11.638/07 “[...] A sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)” cabe a elaboração de todas as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial - BP, a Demonstração de Resultados do Exercício - DRE, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA ou a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (para aquelas com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00) e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA (para as companhias de capital aberto).

Para pequenas e médias empresas, a Resolução CFC n. 1.255/09 que aprova a NBC TG 1000 (Contabilidade para pequenas e médias empresas) e a Resolução CFC n. 1.418/12 que aprova a ITG 1000 (Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte), aprova a elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, acompanhado de Notas Explicativas e, estimula a elaboração do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, incluindo a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Resultados Abrangentes e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Pretende-se, portanto, a partir do próximo tópico, contextualizar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, objeto de estudo desta pesquisa.

2.2 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Pode-se dizer que a prática e reconhecimento da DFC em contexto global aumenta gradativamente. No Brasil a DFC passou a ser obrigatória para as sociedades de capital aberto e empresas consideradas de grande porte com a promulgação da Lei 11.638/07. A sua regulamentação ocorreu a partir da emissão do Pronunciamento Técnico - CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) em 15/08/2008, que já passou por revisões e hoje é denominado CPC 03 (R2). O CFC aprovou a NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) que tem como base o CPC 03 (R2) em 17/09/2010.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, segundo Iudícibus e Marion (1999, p.218) “demonstra a origem e aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”. Portanto evidenciando as entradas e saídas de caixa e equivalentes a caixa, a DFC apresenta informações financeiras detalhadas da movimentação ocorrida no disponível em determinado período.

Equivalentes de caixa segundo o CPC 03 (R2) item 07, podem ser considerados as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que a qualquer momento podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 567) destacam que:

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das Demonstrações Contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

De acordo com Reis (2009, p.158) a DFC “indica a origem de todos os recursos monetários que entraram no caixa, bem como onde foram aplicados os recursos monetários que saíram do caixa em determinado período”. Os dados gerados de natureza financeira possibilitam análises de desempenho, controle e estudos futuros, sobre consequências de ações tomadas.

Garrison e Noreen (2001, p. 553) citam que o “objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é destacar as principais atividades que, direta ou indiretamente, causam impacto no fluxo de caixa e, assim, influenciam o saldo geral de caixa”.

Martins e Gelbcke (2000) destacam que a DFC possui como um dos seus principais objetivos o fato de possuir informações capazes de auxiliar na administração geral sobre pagamentos e recebimentos provenientes de um determinado período facilitando o controle de operações dessa natureza.

Os principais objetivos da DFC para Marques (2004), consiste em avaliar a capacidade que a empresa possui de gerar fluxos de caixa com resultados positivos; avaliar a capacidade da empresa em cumprir com todas as suas obrigações, sanando seus financiamentos externos e pagando seus dividendos; avaliar as diferenças entre o saldo resultante e os referidos pagamentos e recebimentos de forma comparativa; avaliar a posição financeira ocupada pela empresa no que diz respeito à suas transações de financiamento e investimento de caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa também pode ser utilizada como ferramenta constante de comparação na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, uma vez que reduz as diferenças entre o uso de critérios contábeis distintos para as mesmas transações e eventos conduzindo a uma uniformidade no fornecimento da informação.

Pode-se dizer ainda que as informações obtidas através do fluxo de caixa possibilitam a análise de informações passadas e o planejamento das ações futuras. Conforme Iudícibus *et al.* (2010, p.566) as informações trazidas pela DFC podem permitir que os usuários analisem e avaliem:

A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa; a taxa de conversão de lucro em caixa; a *performance* operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; o grau das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; ao efeitos sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e financiamento, etc.

Podemos conceituar fluxos de caixa futuros, segundo Ross, Westerfield e Jordan (2002, p.108) como sendo “um montante em dinheiro de um investimento em algum momento futuro”.

Segundo Martins (2000) esse conceito, refere-se a valores presentes onde é auferido e analisado seu valor no futuro, sendo esse um critério muito utilizado nos processos de avaliação de empresas objetivando fusão, cisão, dentre outros fatos. As decisões são tomadas no presente com vistas nos benefícios futuros possíveis e desejadas.

Diante deste contexto, conclui-se que através da DFC é possível que se faça um planejamento financeiro, capaz de melhorar a liquidez e o aproveitamento de oportunidades. Pode-se também, obter informações úteis na verificação de estimativas feitas, no passado, para fluxos de caixa futuros, bem como o exame da lucratividade e o impacto das mudanças de preços.

A DFC é uma ferramenta que possibilita suporte informacional ao usuário no controle e conhecimento da situação financeira da entidade. Com vistas à legislação vigente, a DFC obedece a uma estrutura rígida definida de forma sistemática e clara, que dispõe de todos os recursos elencados de forma detalhada, possibilitando a fácil compreensão do usuário. Essa organização se mostra através de uma classificação que compreende: as atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Segundo o CPC 03(R2) item 14, os fluxos de caixa advindos das “Atividades Operacionais” são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.

No entendimento de Marques e Braga (2001) as atividades operacionais envolvem as entradas e saídas de caixa necessárias à manutenção das operações da entidade. Em quase sua totalidade refletem o efeito no caixa dos resultados econômicos integrante da demonstração de resultado. São acontecimentos diários e comuns, fator esse que permite justificar a grande

abrangência de fatos dessa natureza na empresa e o maior índice de movimentação e geração de resultados ocorridos.

Para a empresa, os resultados apresentados na DFC na “Atividade Operacional”, representa um fator muito importante e amplo, visto que parte de sua atividade principal e dele pode-se considerar que depende a quitação das obrigações geradas ou necessidades encontradas.

Nas “Atividades de Investimento” destacam-se à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Já que em equivalentes a caixa, apresenta-se a movimentação ocorrida naqueles investimentos de liquidez imediata. Conforme Iudícibus *et al.* (2010, p.570) essas atividades “relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços”.

A importância da separação desta atividade diante às operacionais e de financiamento, conforme o item 16 do CPC 03 (R2) está em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os recursos são gerados pela entidade, se com a finalidade de gerar lucros ou fluxos de caixa no futuro, que é o caso das operações evidenciadas na atividade de investimento.

Assim, pode-se dizer que a “Atividade de Investimento” é provida de fatos não habituais ocorridos à empresa, como os demonstrados na atividade operacional, mais que tem capacidade de trazer fluxos de caixa futuros, pois se trata da alocação de recursos em imobilizados ou investimentos com objetivo, por exemplo, de crescimento ou difusão da empresa, o que pode trazer grandes retornos e alto nível de desenvolvimento, mesmo que a longo prazo.

A “Atividade de Investimento” apresenta a movimentação de caixa que se faz através da obtenção de recursos de terceiros ou recursos dos acionistas. Conforme Iudícibus *et al.* (2010, p.571):

[...] são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital a entidade, bem como da capacidade que a empresa tem, utilizando recursos externos, para financiar as atividades operacionais e de financiamento. Relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade.

De acordo com o CPC 03 (R2) essas atividades são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Ainda pode-se dizer que a importância da evidenciação desta atividade mostra-se útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.

Portanto compreendem as atividades de financiamento as movimentações de caixa que são originadas pelos acionistas ou por recursos externos e que de alguma forma alteram a composição da entidade, principalmente quando se trata de endividamento.

2.2.1 Método Direto e Método Indireto

A DFC pode ser apresentada através de duas formas diferentes: pelo método direto e pelo método indireto. A diferença está apenas na apresentação dos dados na atividade operacional. Salotti e Yamamoto (2007) destacam que não existe obrigatoriedade a prática de qualquer um dos métodos pela empresa. Porém, a utilização do método direto obriga a publicação em notas explicativas da conciliação entre o resultado e o efeito no caixa, o que já é evidenciado no método indireto. O quadro 01 apresenta o modelo da DFC pelo método direto.

“O método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados” Iudícibus *et al.* (2010, p.575). Esse detalhamento sobre os pagamentos e recebimentos resultantes da atividade operacional da entidade contribui no que se refere ao atendimento nas necessidades informacionais dos usuários, já que na maioria das vezes, essa seria a atividade mais comum e abrangente dentro das movimentações diárias da empresa.

Cabe destacar que, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais demonstrada pela atividade operacional no método indireto, deve ser fornecida, obrigatoriamente, caso a entidade use o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Conforme o CPC 03 (R2), item 20, a conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os itens a serem conciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que usa o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Direto
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Recebimentos de clientes
Pagamentos a fornecedores e empregados
Caixa gerado pelas operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Juros recebidos
Dividendos recebidos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimo a longo prazo
Pagamento de passivo por arrendamento
Dividendos pagos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: Adaptado da Resolução CFC 1.296/10 - NBC TG 03
Quadro 01 - Modelo de DFC pelo Método Direto.

Para a definição do melhor método a se utilizar, deve ser analisado o fim pelo qual se destina a demonstração, à necessidade informacional e o entendimento do usuário, lembrando que o uso do método (direto ou indireto) pode ser alternado

O método indireto ajusta o lucro líquido ou prejuízo gerado no exercício a fim de apurar o saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa, nas atividades operacionais. Pode ser chamado também de método de reconciliação.

O método Indireto reporta o fluxo de caixa operacional, começando pelo lucro líquido e ajustando-o com receitas e despesas que não envolvem entradas nem saídas de dinheiro. Ou seja, o lucro líquido contábil é ajustado para determinar o montante líquido de caixa das atividades operacionais. (WARREN e REEVE, 2008, p.470)

O quadro 2 apresenta o modelo da DFC pelo método indireto.

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Lucro líquido antes do IR e CSLL
Ajustes por:
Depreciação
Perda cambial
Resultado de equivalência patrimonial
Despesas de juros
Aumento nas contas a receber de clientes e outros
Diminuição nos estoques
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
Caixa gerado pelas operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Juros recebidos
Dividendos recebidos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimos a longo prazo
Pagamento de passivo por arrendamento
Dividendos pagos
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: Adaptado da Resolução CFC 1.296/10 - NBC TG 03
Quadro 02 - Modelo de DFC pelo Método Indireto.

No método indireto, o fluxo de caixa advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro ou prejuízo quanto aos efeitos de operações que não afetam caixa e variações do circulante, como evidenciado pelo CPC 03 (R2), item 20: “Variações ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; Itens que não afetam o caixa, como por exemplo, depreciações; Outros itens tratados como fluxo de caixa, advindos das outras atividades”.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010, p.576):

a principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio. Outra vantagem é permitir que o usuário avalie quanto do lucro está-se transformando em caixa em cada período.

Ainda vale citar segundo os mesmos autores (2010, p.576) que “a grande vantagem do método indireto é sua capacidade de deixar claro que certas variações no caixa geradas pelas operações se dão por alterações nos prazos de recebimentos e dos pagamentos. [...]”.

Assim, pode-se perceber a diferença entre o método direto e o método indireto no que tange apenas as atividades operacionais, visto as particularidades expostas pelos modelos. Analisando outros fatores, segundo Salotti e Yamamoto (2007), há o fato de que o método direto gera custos adicionais para apuração e registro de cada operação ocorrida na empresa e que se restringe ao disponível, enquanto o método indireto compõe um custo mais baixo, devido à ausência dessa discriminação. Além disso, o método direto é mais complexo, enquanto o indireto pode ser executado de maneira simples, sem muitas exigências. A escolha pela prática de qual método utilizar deve ser definida com base na realidade apresentada pela empresa.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, pretende-se destacar os métodos e instrumentos utilizados na solução do problema e objetivos desta pesquisa. O objetivo da metodologia em uma pesquisa consiste em:

[...] analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Ao nível mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação. (THIOLLENT, 2005, p. 28)

Com intuito de verificar atributos que estimulem a elaboração da DFC para uma empresa de pequeno porte, caracterizou-se o estudo como um estudo descritivo quanto aos objetivos, visto que “Neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles” (ANDRADE, 2009, p. 114).

Portanto, quanto a sua finalidade, classifica-se esta pesquisa como aplicada, que de acordo com Vergara (2007, p.47):

[...] é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação.

Ainda quanto à abordagem do problema, classifica-se a pesquisa como qualitativa. Conforme Beuren (2003, p. 92) na pesquisa qualitativa “[...] concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.”

Quanto aos procedimentos técnicos, considerado as condições de realização e as características pertinentes a pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Conforme Gil (2002) o estudo de caso é amplamente utilizado nas ciências sociais, se apresentando como um estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que traga um conhecimento amplo e detalhado.

Com relação ao levantamento de dados para análise, foram utilizadas observação direta, entrevistas informais, as Demonstrações Contábeis e relatórios complementares da empresa em estudo.

Para desenvolvimento do estudo, utilizou-se os registros contábeis de uma empresa limitada de pequeno porte que atua no ramo de fabricação e venda de produtos de panificação, localizada na cidade Maringá, estado do Paraná, referente os exercícios de 2009, 2010 e 2011.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A empresa objeto de estudo, denominada para efeito deste estudo “ABC Panificadora Ltda” atua no ramo de panificação em geral, na produção de pães, bolos, biscoitos e salgados. Foi constituída no ano de 2000, com o objetivo principal de atender uma rede de supermercados atuante na região de Maringá, Sarandi, Mandaguari e Nova Esperança no Estado do Paraná.

Hoje a empresa está instalada no Parque Industrial da cidade de Maringá, com sede própria e atende além da rede de supermercados já mencionada, mais 350 clientes. Para tanto, conta com a colaboração de 35 funcionários, um mix de 67 produtos e uma produção média diária de 3000 unidades. Devido ao porte da empresa e as características favoráveis, a ABC Panificadora Ltda adota o Simples Nacional como forma de tributação.

Quanto à contabilidade, a empresa efetua os registros de sua movimentação internamente, o que permite a elaboração de relatórios gerenciais e transfere a responsabilidade de conciliação, apuração e encerramento dos resultados, apuração de impostos e emissão de relatórios financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, livro Diário e Razão) a um escritório de Contabilidade. Os relatórios gerenciais são estruturados de acordo com a necessidade do gestor e gerados por um sistema de informação gerencial e por planilhas do *Excel*.

Para a elaboração da DFC referente aos exercícios de 2010 e 2011, o escritório disponibilizou os BP's e as DRE's dos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Com as Demonstrações, a fim de melhor entendimento, realizou-se uma análise completa junto com o supervisor contábil da empresa e os arquivos foram transcritos em planilhas do Excel, os saldos vinculados a fórmulas e sintetizados a fim de se obter uma melhor visualização e o fechamento de cada grupo contábil. Os valores dos três anos foram dispostos paralelamente, facilitando as análises e as avaliações pertinentes à realização da DFC.

Com as Demonstrações Contábeis sintetizadas, iniciou-se uma memória de cálculo a fim de auxiliar a estruturação do demonstrativo proposto e permitir um melhor entendimento para aplicações posteriores na empresa. Com o resultado das análises efetuadas, apresenta-se a DFC pelo Método Direto da ABC Panificadora referente ao exercício de 2010 e 2011, em base comparativa (figura 01):

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto		
ABC Panificadora Ltda		
	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	R\$ 1.546.361,81	R\$ 1.151.771,16
Devolução de mercadorias	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00
Adiantamentos realizados (fornecedores/funcionários)	-R\$ 4.002,63	R\$ 9.250,50
Cheques a compensar	R\$ 2.447,09	R\$ 0,00
Compensação de Cheques	R\$ 0,00	-R\$ 1.933,30
Pagamentos a fornecedores	-R\$ 709.770,54	-R\$ 472.085,78
Pagamento de Despesas Diversas	-R\$ 245.351,86	-R\$ 184.140,59
Pagamento de Despesas com Salários e Encargos	-R\$ 503.354,13	-R\$ 319.453,98
Pagamento de Despesas Financeiras	-R\$ 18.898,92	-R\$ 16.520,86
Imposto Simples federal e contribuição social pagos	-R\$ 125.710,96	-R\$ 83.482,51
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais</i>	-R\$ 58.280,14	R\$ 86.779,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de equipamento	R\$ 38.606,70	R\$ 0,00
Compra de ativo imobilizado	-R\$ 40.670,19	-R\$ 205.045,71
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de investimento</i>	-R\$ 2.063,49	-R\$ 205.045,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de Financiamento Cartão BNDES	R\$ 0,00	R\$ 188.492,21
Pagamento de Financiamento	-R\$ 9.542,77	R\$ 0,00
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento</i>	-R\$ 9.542,77	R\$ 188.492,21
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-R\$ 69.886,40	R\$ 70.226,14
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	R\$ 84.105,66	R\$ 13.879,52
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	R\$ 14.219,26	R\$ 84.105,66

Fonte: elaborado pelos autores (2012)

Figura 01 – DFC 2011/2010 Método Direto.

Conforme determina a legislação, para o método direto, fez-se necessário a conciliação do Lucro (figura 02):

Atividade Operacional		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	R\$ 153.376,18	R\$ 91.515,14
Ajustes por:		
Bonificação	R\$ 0,00	-R\$ 2.007,16
Aumento de clientes	-R\$ 111.127,57	R\$ 0,00
Redução nas contas a receber de clientes e outros	R\$ 0,00	R\$ 11.589,18
Aumento de valores a receber	R\$ 0,00	-R\$ 3.497,26
Redução de valores a receber	R\$ 381,60	R\$ 0,00
Aumento de adiantamentos	-R\$ 4.384,23	R\$ 0,00
Redução de adiantamentos	R\$ 0,00	R\$ 9.250,50
Aumento nos estoques	-R\$ 66.562,41	R\$ 0,00
Diminuição nos estoques	R\$ 0,00	R\$ 775,04
Diminuição de fornecedores	-R\$ 41.633,03	-R\$ 28.688,52
Aumento de impostos	R\$ 4.477,18	R\$ 2.848,51
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	R\$ 4.745,05	R\$ 6.927,51
Aumento de outras obrigações	R\$ 2.447,09	R\$ 0,00
Redução de outras obrigações	R\$ 0,00	-R\$ 1.933,30
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais</i>	-R\$ 58.280,14	R\$ 86.779,64

Fonte: elaborado pelos autores (2012)

Figura 02 – Conciliação do Lucro DFC 2011/2010 Método Direto

Ainda com os dados analisados, pode-se estruturar a DFC pelo Método Indireto, da ABC Panificadora, em base comparativa (figura 03):

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto		
ABC Panificadora Ltda		
	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	R\$ 153.376,18	R\$ 91.515,14
Ajustes por:		
Bonificação	R\$ 0,00	-R\$ 2.007,16
Aumento de clientes	-R\$ 111.127,57	R\$ 0,00
Redução nas contas a receber de clientes e outros	R\$ 0,00	R\$ 11.589,18
Aumento de valores a receber	R\$ 0,00	-R\$ 3.497,26
Redução de valores a receber	R\$ 381,60	R\$ 0,00
Aumento de adiantamentos	-R\$ 4.384,23	R\$ 0,00
Redução de adiantamentos	R\$ 0,00	R\$ 9.250,50
Aumento nos estoques	-R\$ 66.562,41	R\$ 0,00
Diminuição nos estoques	R\$ 0,00	R\$ 775,04
Diminuição de fornecedores	-R\$ 41.633,03	-R\$ 28.688,52
Aumento de impostos	R\$ 4.477,18	R\$ 2.848,51
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	R\$ 4.745,05	R\$ 6.927,51
Aumento de outras obrigações	R\$ 2.447,09	R\$ 0,00
Redução de outras obrigações	R\$ 0,00	-R\$ 1.933,30
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais</i>	-R\$ 58.280,14	R\$ 86.779,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de equipamento	R\$ 38.606,70	R\$ 0,00
Compra de ativo imobilizado	-R\$ 40.670,19	-R\$ 205.045,71
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de investimento</i>	-R\$ 2.063,49	-R\$ 205.045,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de Financiamento Cartão BNDES	R\$ 0,00	R\$ 188.492,21
Pagamento de Financiamento	-R\$ 9.542,77	R\$ 0,00
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento</i>	-R\$ 9.542,77	R\$ 188.492,21
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-R\$ 69.886,40	R\$ 70.226,14
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	R\$ 84.105,66	R\$ 13.879,52
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	R\$ 14.219,26	R\$ 84.105,66

Fonte: elaborado pelos autores (2012)

Figura 03 – DFC 2011/2010 Método Indireto

Em uma análise inicial, buscou-se trazer informações específicas de cada exercício geradas a partir dos resultados obtidos na DFC. Após, pode-se destacar a variação ocorrida entre o período analisado e apresentar alguns pontos para reflexão do gestor em relação à elaboração da DFC para a empresa em estudo.

4.1 Exercício de 2010

No ano de 2010 a ABC Panificadora apresentou uma variação positiva do disponível

no valor de R\$ 76.226,14, explicada pela movimentação das atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento no período. Demonstra que a empresa conseguiu suprir suas obrigações e ainda gerar resultados que mantivessem seus fluxos financeiros em estabilidade.

A Atividade Operacional encerra o período com um saldo de caixa líquido gerado pelo objeto principal da empresa de R\$ 86.779,64. Nesse contexto, os fatores mais relevantes se mostraram no montante de vendas, com uma entrada em caixa no valor total de R\$ 1.151.771,16 e no pagamento de Fornecedores e Despesas auferindo um saldo por volta de R\$ 900.000,00. Ainda assim, a empresa foi capaz de suprir as necessidades adquiridas no período, por suas atividades operacionais. Observando os resultados apresentados chama-se a atenção para os prazos de pagamentos e recebimentos, considerando o montante de gastos com despesas e fornecedores.

Quanto a Atividade de Investimento, apurou-se um consumo de caixa de R\$ 205.045,71, devido à compra de Imobilizado no período. Isso representa um investimento presente na referida empresa, porém cabe citar que se trata de um investimento de longo prazo. A riqueza gerada pelo investimento realizado possibilitará o desenvolvimento da empresa, de sua Atividade Operacional e a produção de resultados futuros. Portanto, cabe avaliar o momento e o montante correto da aplicação em ativos de longo prazo, tendo em vista os recursos a serem utilizados e os benefícios a serem gerados. Neste ano, por exemplo, para suprir o investimento realizado à empresa utilizou-se de capital de terceiros, como mostra o resultado apresentado pela Atividade de Financiamento que encerrou com um saldo de R\$ 188.492,21.

O saldo apresentado é resultado de uma aquisição de financiamento no período. Isso mostra que apesar do resultado obtido na Atividade Operacional, ainda foi necessário recorrer a capital de terceiros para o suprimento das necessidades financeiras. Assim, existe a preocupação e a responsabilidade de cumprir com essa exigibilidade ao longo de sua duração e cabe a empresa a geração de riqueza capaz de atender a essa obrigação.

Em análise geral, pode-se constatar a coerente geração de recursos por sua principal atividade, ou seja, a Operacional. Contudo, outro fator relevante no período foi a alta aquisição de Imobilizado, que impactou diretamente em uma redução de Caixa e Equivalentes de Caixa. A aquisição de financiamento auxiliou no resultado da DFC, mais por se tratar de capital de terceiros, geram dívidas que precisam ser liquidadas em um dado momento. Cabe, portanto a empresa, a preocupação com a continuidade de geração de recursos pela atividade

operacional, visto os bons retornos, os investimentos realizados e as exigibilidades geradas no período.

Por fim, cabe citar que o saldo inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa no período era de R\$ 13.879,52 e no fim do período, R\$ 84.105,66. A variação de R\$ 70.226,14, portanto, pode ser explicada por meio da DFC, na qual as atividades expostas mostram as movimentações ocorridas que afetaram o Disponível e que contribuíram de alguma forma para a geração do resultado.

4.1 Exercício de 2011

O ano de 2011 traz como resultado uma variação negativa do disponível, no valor de R\$ 69.886,40 e expõe a carência de recursos financeiros encontrada pela empresa. Analisando a DFC, percebe-se que nas três atividades abordadas (Operacional, Investimento e Financiamento) a obtenção de caixa consumido, o que, conseqüentemente resultou em um resultado final negativo que impactou diretamente no disponível.

A Atividade Operacional apresenta um caixa consumido de R\$ 58.280,14. Os fatores mais relevantes que impactaram diretamente no resultado apresentado foram os pagamentos de despesas e fornecedores com um saldo aproximado de R\$ 1.470.000,00, que ultrapassou o resultado principal da empresa, suas vendas. Aqui se destaca a principal razão pelo resultado negativo obtido nesta atividade. As despesas e os pagamentos de fornecedores consumiram grande parte do montante de vendas. Cabe aqui novamente uma atenção especial ao volume de gastos ocorridos e os prazos de pagamentos em relação às despesas e fornecedores.

Quanto a Atividade de Investimento é apurado um saldo consumido no período de R\$ 2.063,49, dado a movimentação ocorrida no Imobilizado. No exercício de 2011, houve novamente a aquisição de imobilizado, o que representa a possibilidade de geração de riquezas a longo prazo. Neste ano, constatou-se também, a venda de Imobilizado no valor de R\$ 38.606,70 o que equilibrou o resultado deste fluxo (observa-se que pelos resultados apresentados pela contabilidade não houve ganho ou perda).

A Atividade de Financiamento demonstra um saldo no período também negativo, no valor de R\$ 9.542,77, dado o pagamento de um financiamento. Tal resultado é consequência de períodos anteriores. A empresa utilizou-se de capitais de terceiros, porém, deve planejar a geração de resultados próprios para sua quitação.

De forma geral, no período destaca como fatores relevantes, o alto volume de pagamento de despesas gerais e fornecedores que impactou diretamente em uma redução dos principais recursos financeiros obtidos. Cabe aqui uma análise mais profunda de tais resultados e a avaliação de cada fator para sua geração, visto que uma redução por menor que seja dos montantes gastos ou um melhor planejamento contribuirá na geração de recursos financeiros.

Por fim, vale citar que o saldo do Disponível no início do exercício foi de R\$ 84.105,66 e no fim, R\$ 14.219,26, o que gerou uma variação negativa de R\$ 69.886,40, explicada pelas movimentações nas Atividades Operacionais, de Investimento e Financiamento. O resultado negativo leva a empresa a observar fatores importantes na gestão de caixa, como a aplicação e geração de recursos. Requer melhor planejamento e análise dos fatores que afetam a geração de recursos financeiros.

4.3 Exercícios de 2010 e de 2011

Analisando a variação ocorrida entre os anos de 2010 e 2011, constatou-se uma grande redução do montante de recursos financeiros obtidos, conforme demonstrado no quadro 03:

Atividade	Caixa Líquido (2010)	Caixa Líquido (2011)
Operacional	R\$ 86.779,64	- R\$ 58.280,14
Investimento	- R\$ 205.045,71	- R\$ 2.063,49
Financiamento	R\$ 188.492,21	- R\$ 9.542,77
Variação Total	R\$ 70.226,14	- R\$ 69.886,40

Fonte: elaborado pelos autores (2012)

Quadro 03 – Comparação DFC's - Exercícios de 2010/2011

Pode-se contar vários fatores que contribuíram para a geração desses resultados. Na Atividade Operacional, por exemplo, a variação foi dada principalmente pela relação Recebimento de Vendas X Pagamento de Despesas. O recebimento de vendas aumentou o equivalente a 34% de um ano a outro. Assim, por ordem lógica a empresa deveria aumentar o resultado de sua Atividade Operacional. Porém, também foi perceptível um aumento considerável no pagamento de suas despesas gerais e de fornecedores, na ordem de 48%. De acordo com a pessoa responsável pela empresa, a justificativa para esse aumento refere-se a

contratação de novos funcionários. Porém os resultados apurados mostram que o nível de crescimento de recebimentos de vendas foi menor que o de pagamento de despesas. Isso seria um ponto a ser estudado pela empresa a fim de alcançar maior eficácia em relação a gestão financeira, aos prazos de quitação de suas obrigações e geração de recursos.

A variação entre as Atividades de Investimento é dada unicamente pela movimentação do Imobilizado. Em 2010 o alto caixa consumido é justificado pela aquisição ocorrida no período, que por sua vez, impactou diretamente no resultado dos fluxos financeiros, visto que foi quitado no mesmo período. Em 2011 também houve uma aquisição, porém, em montante menor. No mesmo exercício, ocorreu também à venda de Imobilizado, o que gerou uma entrada de Caixa. Assim o saldo final da Atividade foi bem menor que o auferido em 2010, representando uma redução de caixa consumido no equivalente a 99% de um período a outro.

No que se refere à Atividade de Financiamento constatou-se somente a movimentação de financiamentos nos dois períodos. Em 2010 há a aquisição de um alto valor proveniente de capital de terceiros que impactou diretamente no caixa, como uma entrada. Isso a primeiro plano contribui para a geração de resultado pela empresa tendo em vista a aplicação de recursos em Imobilizado, o que é favorável a longo prazo. Caso contrário, utilizando-se deste recurso para a quitação de dívidas, tal situação seria considerada desfavorável. Cabe também a empresa observar que esta operação se refere a capitais de terceiros e existe o compromisso de uma nova dívida. Isso exige maior geração de riquezas, principalmente pela Atividade Operacional. A redução de um período a outro resulta em 80%.

Assim, analisando a DFC do exercício de 2010 e de 2011 da ABC Panificadora, pode-se dizer que houve uma grande redução nos resultados apresentados. A variação de R\$ 70.226,14 de caixa gerado em 2010 para R\$ 69.886,40 de caixa consumido em 2011 mostra que houve um alto consumo de recursos em 2011, que foram superiores à geração de caixa no mesmo período. Tais resultados alertam a possíveis distorções na administração dos recebimentos e pagamentos e induz a uma análise mais profunda a fim de que se conheçam as origens detalhadas desse saldo negativo.

Após a elaboração da DFC, a análise dos resultados obtidos mostrou uma gama de informações que podem indicar a forma que empresa atua no mercado e como administra seus recursos financeiros. Um exemplo disso se dá em relação aos resultados apresentados em 2011. A carência financeira no período, talvez não tenha sido percebida pelos gestores, pois não havia esse tipo de evidenciação contábil. A reincidência de caixas consumidos pode

indicar um aumento de insolvência, a situação pode se agravar e trazer prejuízos, se não descoberta em tempo hábil.

Cabe citar, que na elaboração da DFC as informações necessárias são advindas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício. Portanto, para as pequenas empresas, o único custo seria a mão de obra destinada a realizar essa atividade. Isso se mostra vantajoso do ponto de vista informacional. Uma empresa que possui todos os instrumentos necessários a uma informação completa e estratégica, possui vantagens competitivas, visto que são essas informações juntamente com a visão do gestor que definiram o sucesso no processo decisório.

Outro fator claramente enxergado quanto à prática da DFC se dá na fácil visualização da informação. As informações são dispostas em níveis e separações que facilitam o gestor ou o leitor, visualizar e se interar da situação financeira vivenciada pela empresa no momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a um mercado cada vez mais exigente, cabe às empresas cada vez mais a busca por artifícios que ofereçam certo tipo de vantagem no ambiente em que atuam. O mercado em si e a concorrência contribuem para uma corrida interminável por parte das empresas na conquista de clientes e no conseqüente sucesso nas vendas e em seus resultados.

Assim este trabalho procurou buscar uma possível forma de ampliar o nível de informação adquirida pelas pequenas empresas, como uma vantagem competitiva. Tendo em vista, que a carência por informações e análises, podem gerar decisões errôneas e superficiais.

O estudo teve como intuito propor a uma empresa de pequeno porte a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa visando à melhora no nível da informação contábil gerada. Para tanto, a fim de fundamentar a análise proposta, iniciou-se o estudo a revisão da literatura e da legislação pertinente ao assunto tratado. Utilizando-se da Contabilidade como fonte de informações para tomada de decisão, foram destacadas as formas de Evidenciação Contábil e como principal item, apresentou-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Para a elaboração da DFC, coube o levantamento de informações sobre a empresa foco do estudo. Assim, foram requeridas as Demonstrações Contábeis elaboradas (Balanço Patrimonial e DRE) e por meio de entrevistas informais e observação direta, foram obtidos dados relevantes para a sua análise.

Após a elaboração e análise dos resultados e informações oferecidas pela DFC, coube ressaltar novamente a questão de pesquisa deste estudo que se restringe ao questionamento: a elaboração da DFC para uma empresa de pequeno porte pode auxiliar na tomada de decisões?

Com a estruturação da DFC, pode-se demonstrar detalhadamente os fluxos financeiros da empresa e as oportunidades que o conhecimento dos fatos que contribuíram na geração e consumo de caixa podem oferecer ao gestor, como por exemplo, a possível necessidade de reestruturação de prazos, visto o resultado negativo da atividade operacional.

Quanto ao custo na elaboração da DFC, entende-se que diz respeito a mão de obra especializada, as informações necessárias a empresa já possui por meio da contabilidade, de informações gerenciais, do Balanço Patrimonial e da DRE.

Recomenda-se o estudo e a análise prática dessa medida, visto os fatores favoráveis, que são capazes de proporcionar resultados, do ponto de vista decisório. A adoção da DFC pode representar uma medida capaz de sanar carências vividas pela empresa advindas da falta de informações possivelmente trazidas por tal demonstração. Fica então, a sugestão desta prática, a fim de proporcionar benefícios a empresa em relação ao mercado em que atua e às decisões a que compete.

A realização desta pesquisa evidenciou por meio da elaboração da DFC em uma empresa de pequeno porte, a informação gerada e a sua contribuição no processo decisório. Para futuras pesquisas, recomenda-se a aplicação de outras demonstrações obrigatórias para companhias abertas e empresas de grande porte, em microempresas e empresas de pequeno porte, considerando a visão dos gestores e usuários da informação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedade por ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 dez. 1976.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos

da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2007. 186º da Independência e 119º da República.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa**: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas; 1999.

CFC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). **Resolução CFC nº 1.255**, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 dez. 2009.

_____. **Resolução CFC nº 1.296**, de 17 de setembro de 2010. Aprova a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 17 set. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.418**, de 05 de dezembro de 2012. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 dez. 2012.

CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS). **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Brasília: CPC, 03 set. 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

FALCÃO, Eduardo. **Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas**. Caderno de Estudos FIECAFI - FEA/USP, São Paulo, n. 12, set. 1995.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. **Contabilidade gerencial**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria avançada da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

_____ *et al.* **Manual da contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Marisa de Moura. **Aplicação de índices econômico-financeiros na elaboração do planejamento financeiro em empresa pública**: o caso EPTS. Taubaté, 2004. 123f.

Dissertação (Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Regional) - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2004.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. **Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa.** [online] disponível na internet via WWW. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519_70772001000100001&script=sci_arttext. Acesso em 02/08/2012.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica.** Caderno de Estudos- FIPECAFI, São Paulo, v.13, n.24, p. 28-37, jul./dez. 2000.

_____; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades;** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise.** 3. ed. São Paulo: Saraiva; 2009.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Os métodos de divulgação da demonstração dos fluxos do caixa no Brasil.** Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 25-37, set./dez. 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa – ação.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VERGARA, Sylvia Contant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WARREN, C. S.; REEVE, J.M.; FESS, P.E. **Contabilidade gerencial.** 2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.